



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

RACISMO ANTINEGRO E REORDENAMENTO SOCIO-ESPACIAL EM SALVADOR BAHIA: A RESISTÊNCIA DO POVO NEGRO NO PELOURINHO - CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

APOENA FERREIRA¹

Resumo: A imposição do reordenamento urbano espacial e social nos Centros Antigos é denominada na literatura como gentrificação e tem sido amplamente discutida em contexto nacional e internacional, desde a segunda metade do século XX, devido a importância que tem o processo financeiro sobre do espaço urbano para a produção capitalista da cidade. Porém, para compreender por completo, em contexto local, qualquer processo apresentado como global, que tenha impacto sobre o território – onde está circunscrita a identidade de um grupo social e setores da população, no Brasil, deve-se em princípio analisá-lo a partir das relações com a população negra já estabelecidas num território. Neste artigo, foram reunidos elementos que mostram as formas de segregação espacial da população negra em solo brasileiro, nos séculos XIX, XX e XXI, especialmente no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, para compreender como se insere a gentrificação no contexto local. O presente artigo busca também evidenciar as formas de resistência do povo negro, por meio do trabalho, numa cidade que construiu formas específicas de segregação da população negra que se modificaram nas suas práticas e sofisticaram seus discursos ao longo do tempo, mantendo a violência social sobre os indivíduos e coletivos desses.

Palavras-chaves: racismo anti-negro, gentrificação, Centro Histórico.

Introdução

Racismo antinegro é uma forma de dominação realizada no capitalismo brasileiro e que produz a desigualdade social, econômica, cultural, política e urbana sobre a população negra. Para compreender por completo um processo urbano, em contexto local, qualquer processo apresentado como global, que tenha impacto sobre o território – onde está circunscrita a identidade de um grupo de população negra ou do povo negro – deve-se primeiramente analisá-lo a partir das relações populacionais impostas anteriormente pelo racismo antinegro. As reformas urbanas com prejuízos para a população negra e vantagens significativas para a população branca integra a própria História do Brasil, se intensifica no capitalismo brasileiro, no período do pós-abolição do escravismo criminoso e constituem limpezas étnicas. No final do século XX, a inserção de novos elementos a esse processo caracteriza uma prática sobre o território que na literatura atual do urbanismo e da geografia se denomina de gentrificação. O Pelourinho é uma região

¹ Urbanista pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, assessora do Movimento Sem Teto da Bahia e da Articulação do Centro Antigo de Salvador. Mestranda e membra do EtniCidades pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo- PPGAU/UFBA : apoena.ferreira@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

urbana da cidade de Salvador, circunscrita no Centro Histórico, famosa na atualidade por sua localização e por seus grupos culturais. No período escravista criminoso era um lugar de sacrifício da população negra, onde se açoitavam publicamente as negras e negros em descompasso com leis injustas do período histórico. Neste artigo e nessa linha de raciocínio, busca-se compreender as tentativas de gentrificação no Pelourinho, considerando as formas de resistência negra, por meio do trabalho, como elemento importante para compreender o fenômeno em contexto local.

A gentrificação é um conceito que surge da observação das relações sócio-espaciais no centro de Londres, na segunda metade do século XX, no contexto do pós-guerras, e atualmente é apresentada como a principal política do urbanismo neoliberal utilizada pelo mercado imobiliário e demais corporações da iniciativa privada em parceria com o Estado para promover grandes intervenções que visam reestruturar centros antigos habitados por populações pobres, elevando o valor do solo urbano através de novos usos e atividades afim de atrair a população de alta renda e expulsar os antigos moradores.

Em Salvador, região metropolitana do Estado da Bahia, as imposições urbanas de gentrificação tem mostrado diferentes resultados práticos e diversas escalas da incidência sobre a forma urbana da cidade. No Pelourinho, por exemplo, não é possível afirmar que exista um processo bem delineado e consolidado da gentrificação, se comparado a outras áreas da cidade como o Santo Antônio Além do Carmo e o Bairro 2 de Julho. Existe na historicidade de Salvador elementos que evidenciam a dificuldade que tem os brancos soteropolitanos em compartilhar de forma harmônica com negros, o convívio num território marcadamente negro.

Durante o século XIX, a região denominada de Pelourinho, foi o centro comercial, financeiro e de serviços da cidade em meio a uma sociedade que dependia exclusivamente da mão-de-obra escravizada. Das comidas nas mesas às construções e reparos das casas, do abastecimento de água e descarte dos dejetos ao transporte de pessoas e cargas, das construções de igrejas, ruas, fortes... enfim, tudo era feito por mãos negras. Com a influência dos ideais higienistas europeus a elite soteropolitana



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

começa a se afastar do centro, que passa a ser associado a pobreza e a sujeira, caindo no abandono.

Em meio as relações contraditórias de dependência e repulsão que a elite branca mantinha com a população negra (escravizada, livre e semi-livre ou mesmo com os africanos libertos), o trabalho se constituiu uma importante forma de resistência. Dentre estes negros e negras – que conservou o Pelourinho nas saídas das classes altas – existiam as mais diversas profissões. Dentre eles e elas, costureiras, quitandeiras, pintores, pedreiros, lavadeiras, estivadores, engomadeiras, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, e tantos outros ofícios catalogados por Manoel Querino, até o começo do século XX. Essa população continuou existindo e se moldando a diferentes conjunturas políticas.

Este artigo tem como objetivo, portanto, analisar como o processo de gentrificação se insere no contexto de exclusão e marginalização da comunidade negra no Centro Histórico de Salvador, especificamente no Pelourinho e compreender de que forma a resistência negra pode se constituir um entrave para a consolidação desse processo. Neste sentido, a primeira parte deste artigo reúne elementos que caracteriza as formas de existência da população negra no século XIX, numa sociedade ainda escravista criminosa que dependia essencialmente da mão-de-obra escravizada no Centro da cidade. Na segunda parte são discutidos como os ideais republicanos e integracionistas se desenrolaram de forma prática na vida na população negra e qual o impacto disso no espaço urbano. Na terceira parte, busca-se compreender como as relações racistas já estabelecidas se agregam aos objetivos da gentrificação e como a população negra tem resistido a isso. Na última parte desse trabalho se apresenta algumas considerações finais.

Existência negra em Salvador no século XIX

A perseguição e exclusão do povo negro em Salvador das redomas onde a classe alta branca transitava foi (e é) uma constante, mesmo após o período da Abolição. No



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

entanto, embora houvesse a necessidade de afastamento segregacionista, existia em igual proporção uma forte relação de dependência, pois tudo que se movimentava era fruto do trabalho do negro. Abdias do Nascimento relata de forma mais ampla essa relação parasitária, característica do sistema escravocrata e que não se restringe a Salvador:

Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se auto degradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal. A nobilitante ocupação das classes dirigentes - os latifundiários, os comerciantes, os sacerdotes católicos - consistia no exercício da indolência, o cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais licenciosa luxúria. (NASCIMENTO, p.50).

Dessa forma, no século XIX, especificamente em Salvador a população negra foi o motor pelo qual a cidade se movimentava. Das comidas nas mesas às construções e reparos das casas, do abastecimento de água e descarte dos dejetos ao transporte de pessoas e cargas, das construções de igrejas, ruas, fortes... enfim, tudo. Assim, diversos ofícios exigiam o fluxo de negros e negras escravizados ou não nas ruas para garantir o funcionamento constante de Salvador.

Essa presença negra se fazia por meio da vigilância e controle por parte das autoridades. Costa (1989), em seu trabalho *Ekabó! Trabalho Escravo e Condições de Moradia em Salvador no século XIX*, faz um breve levantamento das posturas (espécies de decretos) que restringiam a livre circulação dos negros escravizados ou mesmo dos africanos libertos:

1672 - Proibição do uso de atabaques;

1716 - Proibição do uso de atabaques e marimbas dentro dos muros e praias de Salvador;

1785 - Determinação da presença de pelo menos um capataz a cada ajuntamento de negros ganhadores;

1831 - Proibição de batuques, danças e ajuntamentos de escravos em qualquer hora e lugar;

1844 - Proibição da presença de escravos em tendas, botequins, tabernas e demais casas comerciais, além do tempo indispensável e proibição da prática de jogos por eles;



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

1850 - Proibição de escravos sair às ruas à noite, sendo permitido apenas portando bilhete de seu senhor com a devida autorização;

1890 - Capoeira crime pelo código penal.

As penalidades para quem as infringissem variavam de pagamento de multas a torturas físicas. Outra inquietação era quanto à permanência dos negros dentro da cidade, no mesmo ciclo de convivência de forma igualitária. No século XIX várias cidades da Bahia já dispunham de decretos que visavam controlar a população negra e suas poucas "liberdades" individuais (no caso do escravo de ganho). A Assembleia Legislativa Provincial sancionou a Lei de 13 de maio que proibia, em seu artigo 18, o aluguel de casas tanto aos escravizados quanto a africanos libertos, em 1835 (COSTA, 1989, p.193), mesmo ano da Revolta dos Melês, evidenciando o medo e a preocupação em proibir os negros, que por meio de uma leve ascensão social, poderiam se estabelecer no mesmo ciclo de convivência de forma fixa sem a tutela dos brancos. De forma autônoma, os negros permaneceram desenvolvendo suas atividades e ofícios em todo o Centro de Salvador. Na Freguesia da Sé, coração da cidade, (onde hoje é grande parte do Pelourinho), se concentrava toda a atividade comercial, religiosa, financeira e administrativa. Segundo Costa, nessa região estava o maior número de pessoas morando em áreas como subsolos, sótãos e térreos (COSTA, 1989, p.111). A autora ressalta também que a grande maioria dos negros que participaram da Revolta dos Malês, em 1835, moravam na Freguesia da Sé. Registra-se também nessa mesma região, um mercado com o ajuntamento de cerca de cem mulheres ganhadeiras, no Largo do Pelourinho. E na Praça do Terreiro de Jesus, a segunda mais importante da cidade, na época (sendo a primeira a Praça do Palácio), situava-se um chafariz onde também constituía um importante ajuntamento de negros e negras, do qual a polícia tinha grande preocupação (COSTA, 1989, p.110).

De forma geral, as condições em que moravam muitos escravizados, em Salvador, eram de insalubridade e falta de higiene, tanto os de ganho que moravam em diferentes lugares da cidade, quanto os escravizados que moravam com seus senhores: "os



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

espaços que aí lhes eram destinados eram sempre os piores da casa, como os porões, subsolo, sótãos, etc." (COSTA, 1989, p.210).

Como pode ser observado por Costa, os ideais higienistas europeus, dominaram o modo de vida das elites, que passaram a ocupar outros lugares na cidade:

Ao longo do século XIX, com o crescimento populacional da cidade e as consequentes transformações no meio urbano, novas áreas foram sendo incorporadas à cidade, surgindo outros bairros residenciais como o Corredor da Vitória, Graça, Canela, Garcia e Ladeira da Barra, para onde se deslocaram as famílias ricas abandonando desta forma o centro da cidade, que se tornava a cada dia mais saturado. Contribuindo para esta fuga do centro também estavam as preocupações com a higiene e a salubridade, que assumiriam grande importância no século XIX dado o medo das pestes sendo a cidade antiga vista como suja e insalubre, propícia a proliferação de epidemias (COSTA, 1989, p)

Especificamente sobre a Freguesia da Sé, no contexto de crescimento populacional e mudanças da época, Costa (1989) observa que:

"fora a freguesia de elite que passava então por profundas transformações em sua estrutura social. Seu parque imobiliário, constituído em grande parte pelos sobrados setecentistas subdivididos em vários fogos, abrigava cada vez mais os extratos inferiores da população"(COSTA, 1989, p.202).

Neste sentido, é evidente que a elite soteropolitana já nessa época, passa a incorporar outras áreas ao seu patrimônio e criar barreiras físicas para se afastar do grande contingente de população negra que abarrotava a cidade. O medo de contaminação de doenças relacionadas a população negra (se acreditavam existir doenças naturais a população negra) justificou o afastamento do centro da cidade, trazendo soluções individualizadas para as famílias mais ricas, no entanto, não foi suficiente para fazê-las pensar, naquela época, em meios que pudessem trazer soluções coletivas e garantir, se não a coexistência com outras raças e classes no Centro, ao menos um melhoramento no saneamento da cidade.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

A elite branca preocupava-se sobretudo em manter as aparências tendo como espelho a Europa, o que Muniz Sodré, chamou de "europeização - absorção de aparências de cultura europeia" (SODRÉ, 1988, p.34). Segundo o autor, o desejo principal era romper com as relações sociais e o estilo de vida associados à Colônia, a qual estava relacionada ao atraso, em que "a figura do escravo representa um empecilho ideológico à higiene e à modernização"(SODRE,1988, p.37 e 39), que seriam meios necessários para alcançar o progresso e os ideais de civilização, orientados pelo modelo europeu, principalmente o francês. Pode ser identificado neste modelo uma relação utilitarista e parasitária do branco para com o negro – não necessariamente do senhor para com o escravo, uma vez que muitas punições e restrições se estendiam à negros libertos – que exige sua presença, mas que impede sua plena existência e permanência nos mesmos espaços. Essa oposta relação de dependência e repulsão para com o negro está associada ao medo cultivado pela elite, sobretudo num período em que eram comuns as revoltas negras, dentre elas a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-1938), ambas na Bahia.

Segundo Amparo-Alves (2010), as elites alimentaram em seu imaginário uma paranoia em relação ao corpo negro e em relação aos territórios predominantemente ocupados por esses povos.

“tal paranoia sustentou o terror racial do Brasil-Colônia, as teorias eugenistas do século XIX, a configuração territorial das nossas cidades, o surgimento do aparato policial e as narrativas contemporâneas da violência urbana que ainda hoje são profundamente racializadas”. (AMPARO-ALVES, 2010, p. 571)

O mesmo autor afirma ao citar Foucault que, o racismo aparece aqui como uma tecnologia de biopoder, em que “em uma sociedade normativa, raça, ou racismo, é a pré-condição que torna possível a aceitabilidade da matança. [...] é a condição indispensável para o exercício do poder de matar”.

Assim sendo, não há como desconectar as relações sociais de imposição racista ao analisar os processos existentes nesses territórios. Na verdade, não há como analisar os processos nesses territórios sem considerar o sistema de dominação do racismo antinegro elemento central da discussão sobre a forma urbana. A dependência do negro



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

por parte das elites retardou processos como o desenvolvimento de sistemas de encanamento e esgotamento sanitário, rede de abastecimento de água, iluminação pública, entre outros avanços dos quais não eram problematizados porque para tudo tinha negros e negras para fazer. As relações raciais determinaram a forma como a cidade crescia e se desenvolvia.

Resistencia negra no Século XX

Dito isso, adentramos o século XX, com a escravidão legalmente abolida e a República instaurada. Como já foi dito, o desenvolvimento ideológico brasileiro se inspirava nos ideais europeus, mas como observou Lilia Shwarcz, as teorias raciais chegaram no Brasil tardiamente, na metade do século XIX cuja releitura em solo nacional permitiu a fusão de pensamentos opostos, para legitimar o racismo.

Fazendo-se um casamento entre modelos evolucionistas (que acreditavam que a humanidade passava por etapas diferentes de desenvolvimento) e darwinismo social (que negava qualquer futuro a miscigenação racial) – arranjo que em outros contextos acabaria em separação litigiosa –, no Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco. (SHAWARCZ, 2012, p.39)

Dessa forma, o início do século XX é marcado primeiro pela propagação de unificação da cultura brasileira – necessária em meio às rupturas oriundas da substituição da matriz latifundiária agroexportadora do Nordeste para o regime de oligarquias industriais no Sudeste – e segundo, pelo incentivo da miscigenação enquanto política de branqueamento pelo qual o Brasil alcançaria o progresso. Registra-se nesse momento o resgate de símbolos nacionais, dentre eles o mulato, como símbolo da união harmônica entre as raças e a industrialização como símbolo de modernidade e progresso. Sobre isso, Cunha Jr (2016), ressalta que:



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

[a industrialização] foi estabelecida e operada privilegiando a imigração europeia e valorizando o trabalho imigrado da Europa em detrimento dos trabalhadores nacionais, pretos, pardos e mestiços em sua quase totalidade. (CUNHA JR, 2016).

Assim, as políticas instituídas contribuíram para a marginalização e subalternização do africano e seus descendentes em diferentes áreas, nas formas de habitação, nas manifestações culturais, no mercado de trabalho. A imagem de que o negro era parte importante para a construção do Brasil passa a ser amplamente divulgada, mas de forma prática isso não se evidenciava, principalmente no espaço urbano. Exemplo disso é a instituição da Capoeira como esporte nacional em 1937, mesmo momento em que os Candomblés da Bahia irão sofrer o maior período de perseguição por parte das autoridades: entre 1910 e 1940 (BRAGA, 1995 e Barros, 2006). Segundo Júlio Braga, neste período, várias vítimas da repressão policial foram arbitrariamente presas, responderam a inquéritos judiciais, foram covardemente espancadas, tiveram seus lares invadidos, seus santuários profanados e masculados e pertences religiosos, emblemas e insígnias publicamente ridicularizados. (BRAGA, 1995, p. 15)

Durante a primeira metade do século XX, as batidas policiais tornaram-se ainda mais frequentes nas casas de culto, os pais e mães-de-santo eram ridicularizados e revistados em qualquer momento, tendo seus objetos apreendidos e/ou tendo a licença de funcionamento suspensa ou cancelada, pela delegacia de jogos e costumes. Tolerar formas de existência que preservassem a identidade e cultura africanas era difícil para uma sociedade que se projetava europeizada (BRAGA, 1995, p. 23).

Em Salvador, segundo Braga, os candomblés utilizaram diferentes estratégias para “driblar” as autoridades, dentre elas a autodenominação como centros espíritas, a boa relação com pesquisadores e importantes personalidades políticas e o deslocamento das áreas centrais da cidade para as periferias.

No Pelourinho, a Igreja do Rosário dos Pretos e a Igreja da Barroquinha, ambas construídas por negros e para a população negra, no século XVIII, continuavam



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

recebendo continuamente seus fies. O paralelismo religioso permitiu o culto descentralizado das divindades tanto em terreiros quanto em igrejas católicas.

Até 1950 o centro da cidade abrigava quase toda a atividade comercial de Salvador. Segundo Rubim, Coutinho e Ancântara (1982) existiam divisões bem delineadas para as atividades comerciais:

O comércio varejista de artigos mais sofisticados estava instalado nas principais ruas da Cidade Alta, (Misericórdia, Ajuda, Carlos Gomes, Avenida Sete) uma espécie de "vitrine" da cidade e ponto alto deste tipo de comércio. Na Baixa dos Sapateiros, Rua Dr. J.J. Seabra, principal via de tráfego para os bairros mais populares, exercia-se um comércio mais popular. (RUBIM; COUTINHO; ANCANTARA, 1982, p.36)

A partir das décadas de 1960 e 1970, por iniciativa intergovernamental, novos vetores de crescimento foram delineados para Salvador. Embora não seja objetivo desse artigo se aprofundar nesse item, citaremos alguns elementos importantes que contribuíram para a descentralização das atividades e dos usos da cidade, dentre eles: a criação da Avenida Luiz Viana Filho (Avenida Paralela), a criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB), construção do Shopping Iguatemi (agora Shopping da Bahia), a implantação, na Região Metropolitana de Salvador, do Complexo Petroquímico de Camaçari (COOPEC) e Polo Industrial de Aratu.

Todos esses fatores contribuíram para uma nova migração das classes mais economicamente abastadas e predominantemente brancas do Centro da cidade para as áreas como a Pituba, Paralela, Itaigara, Caminho das Árvores, entre outros. O estilo de vida adotado, exigia o uso constante do automóvel e da troca da casa por apartamentos, embora não fosse unanimidade. No entanto, garantia uma forma ampla de auto segregação urbana sem uma declaração explícita de racismo antinegro.

Durante esse período o Centro Histórico de Salvador vivencia o abandono. Com a população majoritariamente negra e pobre, o Pelourinho passa a ser marginalizado. Junto a isso, a população negra brasileira, de forma geral, é retratada nos veículos de comunicação de forma estigmatizada e subalternizada, em todo o país. Como elemento importante para a constituição da autovalorização, auto estima e exaltação da estética e



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

culturas afro-brasileiras, surge em Salvador, no bairro da Liberdade o bloco afro Ilê Ayê, em 1974. Segundo Goli Guerreiro (2000), o bloco estabeleceu uma relação necessária com a África, retomando importantes elementos identitários: “os cabelos aparecem presos em torços ou trançados de variadas maneiras ou ainda em forma de gomos, popularizando o estilo rastafári”.

Outro acontecimento de igual relevância é o surgimento do bloco afro Olodum, este no próprio Pelourinho, em 1979. Estima-se que o surgimento de mulheres trançando cabelos nas ruas do Pelourinho seja deste período. Importante para o resgate da autoestima da população negra, o Olodum contribuiu para desmitificar o Pelourinho no imaginário da cidade como um lugar inferior, como descrito por Guerreiro:

"pela riqueza de sua arquitetura barroca foi tombado como patrimônio histórico da humanidade. Era habitado por prostitutas, traficantes e vagabundos, que viviam da mendicância fomentada por turistas brasileiros e estrangeiros, que se arriscam a transitar pelo local, além daqueles que viviam do comércio de bebidas e de produtos regionais. Sua população quase toda negra, sempre foi amante da arte musical"(GUERREIRO, 2000, p. 43).

Seria mais assertivo dizer que dentre essa população – que segurou o Pelourinho nas saídas das classes altas – existiam as mais diversas profissões. Dentre costureiras, quitandeiras, pintores, pedreiros, lavadeiras, estivadores, engomadeiras, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, e tantas outras ocupações que desenvolviam para se sustentar, como evidenciado em QUERINO (1909) e REIS (2002).

No fim do século XX, o processo de marginalização e expulsão da população negra do Pelourinho ganha novos elementos. Em 1990 é inaugurado o Programa de Recuperação do Centro Histórico que corrobora com a política excludente praticada desde fins dos anos 60. Instituído pelo Governo do Estado, numa tentativa de atrair investimentos privados com foco no turismo e lazer, para a acomodação permanente de populações de classes altas, se desencadeou um processo violento contra a população do Pelourinho, cujas gerações passadas residiam a mais de 300 anos. A partir daí o processo de exclusão e expulsão da população majoritariamente negra do Pelourinho se intensifica, se articulando com o processo de gentrificação.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Século XXI – Gentrificação e sofisticação do racismo

Quando surgiu, em 1964, por Ruth Glass, o termo gentrificação foi utilizado para se referir a expulsão de pobres do centro de Londres, especificamente no contexto do pós guerras. Descrita por vários autores como Arantes (2000), Maricato (2002), Rolnik (2006), Silva (2006), Fernandes (2006), José (2007), Vainer (2002), Mourad,(2011) entre outros, como um processo global que afeta sobretudo os centros urbanos das cidades grandes, a gentrificação é apontada como a principal política do urbanismo neoliberal utilizada pelo mercado imobiliário e demais corporações da iniciativa privada em parceria com o Estado para promover grandes intervenções que visam reestruturar centros antigos habitados por populações pobres, elevando o valor do solo através de novos usos e atividades afim de atrair a população de alta renda e expulsar os antigos moradores. Resumindo, o retorno do capital aos centros urbanos desvalorizados outrora.

Segundo Mourad & Figueiredo (2014), no centro antigo de Salvador o processo de expulsão dos moradores pobres, por meio de intervenções voltadas a um urbanismo excludente, acontece desde 1970, passando a gentrificação a se estabelecer a partir de 1990.

De forma detalhada Márcia Sant'anna (2003), explica que as intervenções urbanas ocorridas em Salvador, neste intuito (gentrificação), se relaciona com um plano mais amplo envolvendo outras capitais do Nordeste, no final do século XX. Além do Pelourinho, em Salvador, destacam-se: a Rua do Bom Jesus em Recife, Ribeira em Natal e Praia de Iracema em Fortaleza. Em outras cidades do Brasil como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre também passaram por requalificação de espaços públicos e reabilitação de imóveis nos centros antigos, no mesmo período. A autora ressalta que essas intervenções foram acompanhadas de medidas de controle do uso dos espaços com eliminação ou ordenamento do comércio informal e outras medidas que serviram para restringir a população local.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Muitos autores associam essas intervenções nos centros antigos das cidades brasileiras à gentrificação, segundo Marina Siqueira (2014), isso acontece principalmente porque, nos países onde surgiu e se consolidou – Inglaterra e EUA – a gentrificação foi impulsionada por um modelo de desenvolvimento, decorrente do pós-guerras que permitiu,

o movimento de capital (e pessoas) deixando os bairros urbanos em direção aos subúrbios e o seu posterior retorno com a possibilidade de extração de mais-valias das áreas que sofreram desinvestimento (SIQUEIRA, 2014, p. 349).

Siqueira (2014) afirma que o modelo de desenvolvimento da Inglaterra e EUA, possibilitou que projetos de “revitalização” dos centros históricos das grandes cidades resultassem em gentrificação. No Brasil, no entanto, a autora observa que os resultados são menos evidentes:

os projetos de “revitalização” não têm resultado em uma transformação efetiva dessas áreas em termos residenciais, sendo o impacto pequeno, pouco duradouro ou restrito às quadras adjacentes aos projetos-âncora (Leite,2007). Intervenções pontuais, financiadas em especial pelo Estado através da promoção de distritos culturais e instalações turísticas, têm promovido uma gentrificação do consumo (Frúgoli Jr. e Sklair, 2008) que é limitada a espaços e períodos específicos, sem transformar drasticamente a paisagem socioeconômica dessas áreas. Portanto, é possível identificar uma estratégia de intervenção que objetiva a gentrificação enquanto sua falha em alcançá-la pode ser causada, em especial, pela falta de interesse dos grupos de renda mais alta por opções de moradia nos centros históricos (Silva,2006). (SIQUEIRA, 2014, P.395)

Ainda segundo Siqueira, a gentrificação, no Brasil, não está necessariamente relacionada a localização em áreas centrais, mas “a processos mais abrangentes de produção do espaço que podem se dar em diferentes configurações e localizações urbanas” (SIQUEIRA, 2014, p. 394). Dentro disso, a autora encaminha essas considerações à análise da gentrificação voltada às operações urbanas consorciadas na cidade de São Paulo, onde o sucesso da operação é determinado pela escolha do mercado imobiliário em áreas mais lucrativas, fora do Centro Histórico.

Essa reflexão sobre a falta de linearidade e padrão nas tentativas de gentrificação nas cidades brasileiras, evidencia que a própria singularidade da sociedade afeta o



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

desenvolvimento do processo. Em Salvador, nos bairros como o 2 de Julho e o Santo Antônio Além do Carmo é possível observar um processo mais consolidado de gentrificação, marcado sobretudo, por investimentos que atraíram o mercado consumidor composto de segmentos de renda alta.

Os investidores privados já adquiriram, nos últimos anos, no Bairro 2 de Julho e em uma pequena porção no bairro do Comércio, cerca de cinquenta imóveis entre terrenos, ruínas e casarões para serem transformados em lofts, pousadas, hotéis, lojas, restaurantes e escritórios. (MOURAD & FIGUEIREDO, 2014, p).

Essas apropriações de imóveis junto a empresas nacionais e internacionais tem contribuído para a especulação imobiliária que estimula a crescente união entre o capital financeiro e o capital imobiliário estabelecendo a financeirização dos imóveis e inserindo-os num mercado global de imóveis. Ao que tudo indica parece haver uma nova população disposta a ocupar esses lugares.

No Pelourinho acontece um processo mais tímido, por dois motivos. O primeiro é a incapacidade da elite soteropolitana (majoritariamente branca) em compartilhar com a população do Pelourinho o mesmo espaço de convívio, sendo o Pelourinho o território negro. Embora o poder público tenha investido vultosos recursos para restauração e conservação do acervo arquitetônico, recuperação de fachadas, reformas de vias e logradouros, etc. objetivando atrair grandes redes de comércio e serviços de alto padrão, o público alvo não respondeu como esperado, o que resultou em abandono por parte dos comerciantes e proprietários de franquias Sant'anna (2017). Portanto, não parece haver um desejo em se estabelecer, daqueles para quem o projeto é pensado.

O segundo motivo, que se relaciona com o primeiro dialeticamente, é a resistência do povo negro em permanecer habitando o Pelourinho, de diferentes formas. Não existiu uma política de incentivo a permanência das famílias que já habitavam o Pelourinho antes das intervenções, pelo contrário, muitas receberam indenizações para sair de suas casas, como relata Nobre (2003),

Em 1995, por volta de mil das famílias residentes, 85% do total, recebeu US\$ 900 mil como compensação pela relocação, perfazendo uma média de US\$ 900 por família (IPAC, 1995). Considerando que a renda média familiar em Salvador é menos de US\$



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

100 por mês, não é surpreendente que a maioria das famílias decidiu se mudar. (NOBRE, 2003, p.09).

Embora muitas famílias tenham saído de suas casas, muitos permanecem trabalhando em diferentes atividades e ofícios. O cenário turístico vendido nacional e internacionalmente, em torno do Pelourinho, exige a presença negra como elemento fundamental. Por isso, é possível observar essa presença desempenhando diferentes atividades, como forma de resistência por meio do trabalho. Tanto no trabalho formal quanto no trabalho informal, baianas de acarajé, trançadeiras, vendedores, atendentes de lojas, garçons, entre outras, formam o traço marcante de população negra nas ruas e largos do Pelourinho que também está presente dentre os moradores em situação de rua. Mais uma vez, o trabalho é um meio de resistência nesse território para a população negra – como foi nos séculos passados.

Por reconhecer a resistência negra no Pelourinho enquanto entrave para atrair a classe alta, o poder público não movimenta grandes esforços para garantir a permanência efetiva destes por meio da habitação – elemento fundamental de permanência. Nesse cenário, ocupar os casarões abandonados é quase uma obrigação para essa população desassistida. Segundo o Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008), a Secretaria de Habitação identificou que cerca de 4,5 mil famílias vivem em edifícios ocupados por movimentos de luta por moradia, em levantamento feito entre 2005 e 2007.

Atualmente as remoções forçadas no Pelourinho acontecem de diferentes formas: por meio da repressão policial, que tem como alvo principal a juventude negra; através da alienação e doação de terrenos públicos, que disponibiliza à iniciativa privada imóveis que poderiam se reverter em habitação de interesse social ou mesmo equipamentos públicos; através de reintegrações de posse, que acontecem com o apoio de agentes militarizados tanto da guarda municipal quanto da polícia militar coagindo e humilhando as famílias que são expulsas de suas casas; por meio das demolições de casarões, resultado do abandono e falta de uso. As famílias são induzidas a sair também por meio da retirada e/ou ineficiência de serviços públicos como postos de saúde, escolas e linhas de ônibus.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Movimentos sociais como o Movimento Sem Teto da Bahia – MSTB e a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico – AMACH, dentre outros, fazem a frente de resistência para garantir o direito de continuar no Pelourinho (e em outras áreas do Centro Histórico) habitando e trabalhando com dignidade. Em 2007, por meio de ação no Ministério Público foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC para garantir a habitação de interesse social no Centro Histórico, mas pouco se consolidou nestes 12 anos

Outra importante frente de disputa política dentro do Centro Antigo de Salvador é Articulação do Centro Antigo que reúne seis organizações desde 2014: o MSTB, os Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, o “Movimento que Ladeira é essa?” da Ladeira da Preguiça, a Associação de Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa, da comunidade da Gamboa de Baixo, a Vila Coração de Maria e o Movimento o Nosso Bairro é 2 de Julho. Coletivamente esses seis movimentos e comunidades atuam na mobilização, comunicação e formação técnico-política interna, buscando afirmar o direito à cidade e à moradia digna como bandeiras de luta e se colocando contra o processo mundial da gentrificação, especialmente contra as investidas do capital turístico-imobiliário no Centro, contra os métodos de planejamento antidemocráticos, e pelo fortalecimento da participação comunitária nos processos de decisão referentes aos seus territórios. Nos últimos anos se destacou no acompanhamento de reuniões, debates e audiências públicas; no monitoramento do processo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PPDU), apresentando demandas relativas à participação popular e às intervenções no Centro; no desenvolvimento de projetos que visam denunciar e criticar publicamente atos do poder público e da iniciativa privada contra as comunidades e movimentos do Centro Antigo, como a realização anual da mobilização político-cultural: Ato-Cortejo 2 de Julho, desde 2015; e a construção da mobilização “Fica Colégio Ypiranga”, contra o fechamento da escola pública referência histórica no Bairro 2 de Julho. Em todo o Centro Antigo foram delimitadas em 2016, através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador- PDDU, nove Zonas Especiais de Interesse Social- ZEIS, mas até aqui nenhuma delas foram regularizadas.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Considerações Finais

A luta pelo direito à cidade é muito recente se compara à luta por terra e território do povo negro no Brasil, seja no rural ou no espaço urbano. A não garantia do direito ao território é premissa primordial à não consolidação do direito à cidade. Como demonstrado neste artigo a população negra do Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, passou de meio indispensável ao funcionamento da cidade, até o século XIX à elemento pouco útil para a economia, sendo marginalizada no século XXI. Existiram processos de expulsão do povo negro, ou mesmo de auto segregação por parte da elite no sentido de garantir a separação étnico-racial populacional em Salvador. Esses processos fazem parte da história do racismo antinegro no Brasil e ganha novos elementos com o processo de financeirização do capital e mercantilização da cidade a partir do final do século XX.

É possível observar que a elite soteropolitana se recusa a compartilhar harmonicamente o mesmo espaço com o negro num território cuja presença negra é tão acentuada. Por outro lado, a população negra, tem sido expulso de diferentes formas, mas resiste, se recusa a sair do território construído através de mais de trezentos anos de resistência negra. Disputar esse espaço tem sido possível através do trabalho, meio pelo qual é possível estar nesse território e ter acesso a moradia, ao lazer, a serviços públicos, elementos próprios das áreas centrais cuja infraestrutura urbana é consolidada. Assim, a resistência, por meio do trabalho, tem sido um importante entrave para a consolidação da gentrificação no Pelourinho.

Nota-se também uma relação utilitarista dos investidores (poder público ou não), para com a população negra, onde sua cultura e mão-de-obra são apropriadas para fins comerciais, mas não lhes são asseguradas garantias de permanência efetiva no lugar. Olhar o fenômeno a partir da questão racial contribui para intensificar, por parte da população negra, formas de resistências cada vez mais racializadas, já que a base da questão é essa. De modo que ocupar, o centro histórico se torne uma preocupação não apenas para sanar o “déficit habitacional”, mais também, uma forma de se apropriar de



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

um território que tem valor simbólico para a cultura e história negra a mais de trezentos anos.

REFERÊNCIAS

AMPARO-ALVES, Jaime do. **À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador**. Bahia Análise & Dados, v. 1 (1991) Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010. V. 20, n.4.

BRAGA, Júlio. Na Gamela do Feitiço: **Repressão e Resistência nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.

COSTA, Ana Lourdes Ribeiro da. **EKABÓ!: Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal da Bahia, 1989.

CUNHA JR, Henrique. CUNHA JUNIOR, Henrique. **Lugar fora das ideias urbanísticas: população negra, bairros negros e a produção conceitual das cidades**. III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília: 2016.

GUERREIRO, Goli. **A Trama dos Tambores**. Editora 34. 2000.

MOURAD, Laila Nazem. FIGUEIREDO, Glória Cecília. **O Bairro 2 de Julho, ou o que está em jogo no Projeto de “humanização” de Santa Tereza?** Urbanismo na Bahia – URBA: 2012

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra, 1978.

NOBRE, E. A. C. (2003). **Intervenções urbanas em Salvador: turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho**. In: X Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Belo Horizonte, ANPUR.

REIS, Lysie. **A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2012.

RUBIM, Antonio A. C. COUTINHO, Simone. ANCÂNTARA, Paulo Henrique. **Salvador nos anos 50 e 60: encontros e desencontros com a cultura**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:igkqT-WHCbkJ:https://riqs.ufba.br/index.php/rua/article/download/3104/2218+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=opera>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

SANT'ANNA, Márcia. **A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados**. Revista de Urbanismo e Arquitetura, v.6, n. 1. 2003.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. **Nem Preto Nem Branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo**. Caderno. Metropolitano, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 391-415, nov. 2014. Disponível <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3205>>

SODRE, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

QUERINO, Manoel. **Artistas baianos**. Rio de Janeiro, 1909.